



Ministra defende penas alternativas para crimes simples

A ministra da Justiça defendeu que é possível "penas alternativas" para retirar da prisão aqueles que cometeram "crimes bagatelares simples" e que "ao fim de várias reincidências acabam por dar penas de prisão", como as infracções por condução sem habilitação legal ou sob o efeito do álcool. Francisca Van Dunem falava à margem do 12º Encontro da Pastoral Penitenciária, em Fátima, a 21 de Janeiro, em que participou e considerou que a "gravidade dessas infracções não justifica que as pessoas estejam em prisão, por isso temos de encontrar alternativa".

Para a governante "faz pouco sentido que se encarcere pessoas que não vivem em ambientes criminosos, que não têm carreiras criminais".

As penas alternativas passam por cumprir pena "em regime de permanência na habitação ou outro mediante vigilância electrónica". Além disso "é possível criar sistemas de contenção e obrigá-las simultaneamente à prática de determinados actos".

Melhores cadeias

A ministra da Justiça reconheceu a "situação crítica ao nível da guarda prisional". "Percebemos que há uma situação crítica ao nível da guarda prisional. Percebemos que são pessoas a quem se exige um duplo papel: por um lado que mantenham a segurança e a



disciplina no interior dos estabelecimentos e, por outro lado, que tenham uma grande interiorização e que se comportem com adequação com aquilo que é o respeito pelos direitos fundamentais dos reclusos" assinalou Francisca Van Dunem.

A governante lembrou ainda que se encontra a decorrer um concurso para a entrada de 400 guardas prisionais. E mais do que os meios, "temos de criar condições efectivas e dignas de trabalho para quem exerce funções nesses espaços, mas temos de trabalhar a montante e que tem a ver com as taxas de encarceramento", defendeu a tutela.

Quanto às condições nas cadeias, a ministra apontou dois casos: a cadeia de Ponta Delgada e o EPL de Lisboa como aquelas que irão "merecer obras prioritárias".

"Estamos à procura de alternativas, e em articulação com o

senhor director-geral da Reinserção e Serviços Prisionais, em relação às situações mais graves para encontrarmos quadros alternativos que nos permitam desocupar determinados espaços e criar espaços novos com condições diferentes e mais dignas para a população reclusa".

Visitadores são "soldados do bem"

O director-geral da Reinserção e Serviços Prisionais, Celso Manata defendeu que a presença dos sacerdotes e visitadores prisionais, entre outros, a quem chamou de "soldados da paz, soldados do bem" é "desejada".

Já D. Joaquim Mendes, da Comissão Episcopal da Pastoral Social e da Mobilidade Humana, considerou que a presença da Igreja nos estabelecimentos prisionais "para além da dimensão religiosa, espiritual, inclui

Mapa judiciário

A ministra da Justiça não põe de parte uma nova avaliação do mapa judiciário que possa trazer de volta as valências ao tribunal de Ourém. "Não significa que no futuro, deixando as coisas assentar um bocadinho porque os novos projectos devem ser testados, nós não podemos fazer a reavaliação", respondeu ao Notícias de Ourém, à margem do encontro da Pastoral penitenciária que decorreu no sábado, 21 de Janeiro, em Fátima.

Francisca Van Dunem explicou que "há algumas situações de valências que os tribunais tenham e que não devam estar num sítio e mudá-las para outro. Essa análise vai ainda ser feita".

A titular da pasta da Justiça disse ainda que "a intervenção no mapa judiciário passou por duas linhas", uma primeira que passou pela "reabertura de tribunais que tinham sido extintos". E "uma segunda linha que foi o desdobramento de algumas valências em matéria de tribunal de família e menores".

A governante defende que "não é ideia deste governo refazer tudo", assinalando que "não podemos por um sistema que já está em esforço, em permanente turbulência". Francisca Van Dunem salienta que o governo fez "uma intervenção cirúrgica no sentido de aproximar a justiça das populações sobretudo naquelas situações em que a distância física", aliás, que, "por dificuldades de acessibilidade se tenham criado graves dificuldades de acesso aos tribunais", rematou.

A reorganização do mapa judiciário foi levada a cabo em 2014 e levou à desqualificação do Tribunal de Ourém. Remeteu as acções Ordinárias de valor superior a 50.000 euros, as Insolvências e os Processos-crime de moldura penal superior a 5 anos de Prisão para o Tribunal de Santarém, remeteu as acções executivas para o Tribunal do Entroncamento e as acções de Família e Menores para o Tribunal de Tomar, deixando o Tribunal de Ourém reduzido a uma Secção Cível com competência para acções de valor até 50.000 euros, e uma Secção Criminal (processos - crime com moldura penal até 5 anos de prisão).

também a dimensão jurídica, e social, o acompanhamento, a formação e a inserção, estende-se também à prevenção e ao

acompanhamento das famílias dos reclusos que procuramos fazer através das nossas comunidades cristãs".